



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Law, Robin

A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66

Afro-Ásia, núm. 27, 2002, pp. 41-77

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002702>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A COMUNIDADE BRASILEIRA DE UIDÁ E OS ÚLTIMOS ANOS DO TRÁFICO ATLÂNTICO DE ESCRAVOS, 1850-66.

*Robin Law**

A despeito da proibição legal do tráfico atlântico de escravos no início do século dezenove, o tráfico ilegal floresceu no Golfo do Benim entre as décadas de 1820 e 1840. Inicialmente, este tráfico ilegal foi dirigido majoritariamente para o Brasil, principalmente para a província da Bahia; mas as exportações para Cuba também cresceram substancialmente neste período e, por volta dos anos 1830, eram provavelmente maiores do que aquelas para o Brasil. Uidá, o principal “porto” costeiro do reino do Daomé, que historicamente tinha sido o principal local de embarque de escravos nesta região, continuou como um importante centro deste tráfico ilegal, embora sua predominância comercial tenha sido erodida pela crescente importância de Lagos, a leste, que, por volta do final dos anos 1830, tinha substituído Uidá como o principal porto na região.

Embora a proibição legal do tráfico tenha tido, inicialmente, pouco impacto no volume de exportações de escravos por Uidá, ela ocasionou mudanças significativas no modo pelo qual o comércio era realizado: a mais óbvia foi o abandono dos fortes que tinham sido mantidos na

* Professor da Universidade de Stirling, Escócia. Comunicação originalmente apresentada na conferência “Aguda: Aspects of Afro-Brazilian heritage in the Bight of Benin”, Porto-Novo, Benim, 26-30 de novembro de 2001. Agradeço a Silke Strickrodt por sua ajuda para encontrar e verificar as referências. Tradução: Valdemir Zamparoni.

cidade pelas três principais nações européias envolvidas no tráfico: o francês, o inglês e o português. Ao mesmo tempo — em parte para assumir as funções anteriormente desempenhadas por esses fortes, de organizar o suprimento de escravos e de prover serviços aos traficantes visitantes — o período de comércio ilegal de escravos foi marcado pelo crescimento de uma significativa comunidade brasileira residente em Uidá.¹ Em suas origens, ela esteve associada ao traficante de escravos brasileiro Francisco Félix de Souza (†1849), que originalmente tinha chegado a Uidá como funcionário do forte português local (c.1803), mas depois se estabeleceu como comerciante independente; após um período de residência em Pequeno Popó (Aného) no oeste, ele retornou a Uidá para servir como agente comercial para o Rei Gezo do Daomé (com o título de “Chachá”) provavelmente em 1820.² Em Uidá, Souza fundou um novo bairro no sudoeste da cidade, depois chamado de “Brasil [Blézin]”, habitado por sua numerosa família, escravos e clientes livres. O bairro “brasileiro” em Uidá foi também reforçado pelo estabelecimento de libertos de origem africana (principalmente iorubá), que retornaram do Brasil para se fixarem em Uidá a partir de 1835, criando, sob a patronagem de Souza, o bairro chamado Maro, adjacente, a oeste, ao bairro “Brasil”.³ O presente artigo trata da experiência desta comunidade durante os últimos anos do tráfico atlântico de escravos; e, mais particularmente, dos efeitos que teve sobre ela o término do comércio de escravos para o Brasil em 1850-2.

Deve ser enfatizado que a referência usual a esta comunidade como “brasileira” constitui uma simplificação exagerada, uma vez que ela in-

¹ Robin Law, “The evolution of the Brazilian community in Ouidah”, *Slavery & Abolition*, 22 (2001), 22-41.

² Vide especialmente David Ross, “The first Chachá of Whydah: Francisco Félix de Souza”, *Odu*, new series, 2 (1969), 19-28; vide também tradições familiares, em Simone de Souza, *La Famille de Souza du Bénin-Togo* (Cotonou, 1992). Para algumas revisões, cf. Robin Law, “Francisco Félix de Souza in West Africa, 1800-1849”, apresentada na conferência “Enslaving Connections: Africa and Brazil during the era of the Slave Trade”, York University, Toronto, outubro de 2000.

³ Sobre tradições das famílias do bairro Maro, vide “Ouidah: organisation du commandement [memorandum do administrador colonial francês Reynier, 1917]”, *Mémoire du Bénin*, 2 (1993), 44-5. Sobre o estabelecimento dos ex-escravos brasileiros na região, vide especialmente Jerry Michael Turner, “Les Brésiliens: the impact of former Brazilian slaves upon Dahomey” (Ph.D. thesis, Boston University, 1975); Milton Guran, *Agudás: os “brasileiros” do Benim* (Rio de Janeiro, 1999).

cluía pessoas oriundas de outros territórios portugueses em torno do Atlântico, tais como Ilha da Madeira, São Tomé e Angola; além disso, ela também incorporou alguns espanhóis, notadamente Juan José Zangronis (†1843), um traficante de escravos de Cuba que se estabeleceu na cidade nos anos 1830 e exerceu o comércio em associação com Souza. Após a independência do Brasil, em 1822, a comunidade também ficou dividida em sua fidelidade política; e mesmo alguns daqueles que eram originários do Brasil continuaram a se identificar como portugueses, incluindo, surpreendentemente, o próprio Souza. A ligação com Portugal, em oposição ao Brasil, foi fortalecida em 1844 quando o então abandonado forte português foi reocupado por um governador e uma guarnição, enviados de São Tomé. Durante a maior parte do século dezenove, muitas das famílias de Uidá, que atualmente se identificam como “brasileiras”, eram mais comumente descritas, nos relatos da época, como “portuguesas”, e este costume provavelmente reflete a auto-identificação dos envolvidos. Do mesmo modo, o termo nativo, “Agudá” significava “portugueses” (incluindo brasileiros), e não “brasileiros” (como distintos dos portugueses).⁴

A comunidade “brasileira” definia-se, claramente, menos pela identificação com o Brasil do que pelo uso da língua portuguesa, e também por sua fidelidade à Igreja Católica Romana. Um fator crítico na integração da comunidade em Uidá foi a reocupação do forte português em 1844, uma vez que o contingente enviado de São Tomé incluía um capelão para a capela católica do forte, que manteve serviços religiosos regulares a partir de então. O batismo, em particular, tornou-se um distintivo importante da identidade “brasileira”. Apenas uma minoria dentre os ex-escravos do Brasil que se estabeleceram em Uidá era composta por muçulmanos — e eles construíram a primeira mesquita da cidade, no bairro Maro —, mas, mesmo eles, freqüentemente batizavam seus filhos.⁵ Inicialmente, um fator de coesão da comunidade foi, também, a influência suprema de Francisco Félix de Souza, ao qual praticamente todos os

⁴ Como observou Richard Burton, *A Mission to Gelele, King of Dahomé* (London, 1864), i, 65 n.

⁵ Como o missionário católico francês observou nos anos 1860: Francesco Borghero, “Relation sur l’établissement des missions dans le Vicariat Apostolique de Dahomé” (3 de dezembro de 1863), em *Journal de Francesco Borghero, premier missionnaire du Dahomey, 1861-1865*, ed. Renzo Mandirola & Yves Morel (Paris, 1997), 285.

membros estavam ligados por laços de parentesco, parceria comercial ou clientelismo. Isto, entretanto, tinha mudado por volta do final da década de 1840, quando a comunidade brasileira de Uidá tornou-se fragmentada devido ao estabelecimento de comerciantes rivais, negociando em concorrência com os Souza.

A comunidade brasileira no início dos anos 1850

A entrada de novos negociantes no comércio de escravos em Uidá, na década de 1840, foi em parte o simples resultado de um desgaste natural, à medida que os membros da velha geração iam morrendo ou passando à inatividade. Das duas principais figuras dos anos 1830, Zangronis morreu em 1843; enquanto Souza, embora tenha vivido até 1849, já não estava mais na ativa. A liderança efetiva da família Souza estava passando para a segunda geração. Em 1849, após a morte do fundador, três de seus filhos, em particular, eram tidos como “ricos e comerciantes de escravos”: seu filho mais velho Isidoro (nascido em 1802); Ignácio (nascido em 1812); e Antônio, chamado “Kokou”, (nascido em 1814).⁶ A tradição da família indica que estes e outros filhos de Souza, nos anos 1840, comerciavam “cada um por conta própria”, e não coletivamente, iniciando-se, assim, a fragmentação da família em segmentos competidores.⁷

Um segundo fator que afetou a organização da comunidade mercantil de Uidá nesta época foi a crescente dispersão do embarque de escravos desta cidade para outros portos vizinhos, para os quais os escravos eram enviados em canoas através da laguna costeira: especialmente Grande Popó, Agoué e Pequeno Popó, no oeste, e Godomey, Cotonou e Porto-Novo, no leste. Esta tática foi adotada como um meio de evitar a captura pelos barcos do esquadrão antiescravista da marinha britânica, cuja eficácia tinha aumentado substancialmente graças ao Equipment Act de 1839, que autorizou a apreensão de navios portu-
gue-

⁶ UK Parliamentary Papers [doravante PP], Correspondence relating to the Slave Trade 1849-50, Class B, incluído no n° 9, Lieutenant Forbes, 5 de novembro de 1849.

⁷ Norberto Francisco de Souza, “Contribution à l’histoire de la famille de Souza”, *Etudes dahoméennes*, 1st series, 13 (1955), 20.

ses mesmo que, no momento, eles não tivessem escravos a bordo. O pioneiro neste processo de dispersão foi Isidoro de Souza, que restabeleceu a feitoria em Pequeno Popó, ocupada por seu pai em 1840. De forma crescente, a partir de então, os principais traficantes de escravos da região, mesmo quando obtinham seus suprimentos de escravos em Uidá, tendiam a ter suas bases principais em algum outro lugar na costa.

Entretanto, outros fatores foram responsáveis pelo declínio de Souza, além do seu afastamento, devido à idade avançada, ou a descentralização geográfica do comércio de escravos, necessária diante da pressão naval britânica. Nos anos 1840 suas operações comerciais tinham entrado numa fase difícil, resultante da combinação das perdas decorrentes da captura de navios pela marinha britânica e de sua própria má administração, na velhice. Ele acumulou débitos substanciais junto a comerciantes no Brasil e em Cuba; e após reclamações de seus credores, o Rei Gezo interveio, restringindo seus privilégios em Uidá e, em particular, decretando que outros “agentes de Havana e do Brasil poderiam estabelecer-se em Uidá”.⁸

Um dos novos traficantes de escravos que puderam estabelecer negócios em Uidá, sob estas novas condições, foi o brasileiro José Francisco dos Santos (†1871), cujas atividades estão documentadas em sua própria correspondência, que se conservou relativamente aos anos 1844-7 e 1862-71.⁹ Entre 1844 e 1847, ele forneceu escravos para o Brasil, principalmente para a Bahia, mas também para o Rio de Janeiro (embora não para Cuba), embarcando-os, às vezes, em Agoué e Pequeno Popó a oeste, assim como na própria Uidá. De acordo com a tradição, Santos, originalmente veio para Uidá a serviço da família Souza e, de fato, casou-se com Francisca, a filha mais velha de Francisco Félix de Souza.¹⁰ Isto, entretanto, deve ter ocorrido num período anterior a 1844, uma vez que sua correspondência não contém nenhum indicativo de qualquer relacionamento próximo com a família Souza, e sugere que seus negócios eram, essencialmente, tocados de maneira independente. Em suas opera-

⁸ PP, Papers relative to the Reduction of Lagos (1852), incl. no n° 8, Thomas Hutton, Cape Coast, 7 de agosto de 1850.

⁹ Publicado na tradução francesa por Pierre Verger, em *Les Afro-américains* (Dakar, 1952), 53-100.

¹⁰ Simone de Souza, *La Famille de Souza*, 51-3.

ções ao longo da laguna, para oeste, ele cooperou, ao menos ocasionalmente, com Isidoro de Souza em Pequeno Popó; e na própria Uidá, ele comprou escravos de Antonio “Kokou” de Souza, mas também diretamente do Rei.

Duas outras pessoas indicadas, em 1849, entre “os muitos negociantes brasileiros e portugueses” em Uidá, estavam “Jacinto” e “Jozé Joaquim”, o primeiro descrito como um nativo da Ilha da Madeira, e o último como um antigo soldado no Brasil.¹¹ O primeiro pode ser identificado como sendo Jacinto Joaquim Rodrigues (†1882).¹² O próprio Rodrigues afirmou, mais tarde, que tinha vindo para a África em 1844.¹³ De acordo com a tradição, ele também se estabeleceu, originalmente, em Uidá “com o apoio” do primeiro Souza;¹⁴ mas também se tornou, claramente, um operador independente. Como Santos, Rodrigues tinha conexões para além de Uidá, ao longo da laguna, mas, no seu caso, para leste e não para oeste de Uidá: de seus dois filhos, um nasceu em Lagos (Américo, 1847) e outro em Porto-Novo (Cândido, 1850).¹⁵ A segunda pessoa indicada é menos facilmente identificável; mas um candidato provável é José Joaquim das Neves, um dos ex-escravos do Brasil, nascidos na África, que se estabeleceram no bairro Maro de Uidá.¹⁶

Mais importante do que qualquer um destes, todavia, foi Joaquim d’Almeida (†1857), que era, originalmente, também um escravo liberto da Bahia, que retornou para a África Ocidental como traficante de escravos.¹⁷ A tradição local associa a quebra do “monopólio” de Souza em Uidá à entrada, no negócio, deste Almeida, para o qual o Rei Gezo fornecia escravos através do comerciante nativo Azanmado Houénou (Quénoum), e não através de Souza.¹⁸ A principal residência de Almeida, no fim da vida, era na realidade em Agoué e não em Uidá. A tradição em

¹¹ PP, Slave Trade 1849-50, Class B, incl.10 no n° 9, Forbes, 5 de novembro de 1849.

¹² Turner, “Les Brésiliens”, 128-9; Reynier, “Ouidah”, 45..

¹³ Wesleyan Methodist Missionary Society Archives, School of Oriental & African Studies, University of London [hereafter WMMS], William West, Cape Coast, 6 de junho de 1859.

¹⁴ Reynier, “Ouidah”, 45.

¹⁵ Turner, “Les Brésiliens”, 129.

¹⁶ Reynier, “Ouidah”, 45.

¹⁷ Pierre Verger, *Os libertos: sete caminhos na liberdade escravos da Bahia no século XIX*, (Salvador, Bahia, 1992), 43-8.

¹⁸ Edouard Foà, *Le Dahomey* (Paris, 1895), 23; Reynier, “Ouidah”, p. 63.

Agoué afirma que ele se estabeleceu lá em 1835, mas isto é duvidoso; certamente ele se fixou definitivamente na África, após retornar ao Brasil, somente em torno do começo de 1845.¹⁹ É possível que ele tenha se fixado inicialmente em Uidá e não em Agoué; certamente, ele estabeleceu negócios em Uidá em torno de 1847, quando se envolveu, juntamente com Santos, numa disputa com as autoridades daomeanas acerca do pagamento de direitos alfandegários.²⁰ Em 1849, ele era descrito como o “mais rico residente de Uidá”.²¹

Ainda mais importante, entre a nova geração de comerciantes de escravos, era José Martins, apelidado de “Domingo Martinez” (†1864).²² Martins tinha feito fortuna com o tráfico de escravos em Lagos, mas quando retornou para a África, após um breve retorno à sua Bahia natal, no começo de 1846, ele se fixou em Porto-Novo, de onde comprava escravos do Rei Gezo.²³ Martins foi o mais importante traficante neste período, descrito, em 1849, como o “mais rico comerciante das Baías”. Embora sua principal base tenha permanecido em Porto-Novo, ele também fazia negócios em Uidá, e por volta de 1849, tinha também nesta última um estabelecimento.²⁴

Francisco Félix de Souza faleceu em 8 de maio de 1849. Embora sua influência em Uidá tenha se reduzido durante os seus últimos anos de vida, a sucessão de seu cargo de Chachá permaneceu um assunto importante. Na ausência de Isidoro — seu filho mais velho, residente em Pequeno Popó — a liderança interina da família parece ter recaído sobre o filho seguinte, Ignácio; em setembro de 1849, foi ele que se encarregou das cerimônias fúnebres do pai.²⁵ A suposição inicial, em Uidá, era de que ele também sucederia ao pai na posição de Chachá.²⁶ Na realidade,

¹⁹ Ele fez seu testamento na Bahia, antes de embarcar para se estabelecer na África em dezembro de 1844: texto em Verger, *Os libertos*, 116-21.

²⁰ Santos correspondence, n° 52 [19 fev. de 1847].

²¹ PP, Slave Trade 1849-50, Class B, incl. 10 n° 9, Forbes, 5 nov. de 1849.

²² Vide especialmente David Ross, “The career of Domingo Martinez in the Bight of Benin, 1833-64”, *Journal of African History*, 6 (1965), 79-90.

²³ Public Record Office, London [doravante PRO], CO96/12, Thomas Hutton, Cape Coast, 17 março de 1847.

²⁴ PP, Slave Trade 1849-50, Class B, incl. 10 em n° 9, Forbes, 5 nov. de 1849.

²⁵ PP, Slave Trade 1840-50, Class B, n° 7, Vice-Cônsul Duncan, Ouidah, 22 set. de 1849.

²⁶ PP, Slave Trade 1849-50, Class B, n° 6, Duncan, 22 set. de 1849 (referindo-se ao “segundo filho”, não identificado).

entretanto, o Rei Gezo primeiro ofereceu o posto ao então principal negociante, Domingos Martins, mas este não desejava mudar-se de Porto-Novo para Uidá.²⁷ Além disso, o filho mais velho, Isidoro de Souza, também estava, agora, reclamando o título, decisão que talvez tenha sido motivada pela destruição, pelo fogo, de sua propriedade de Pequeno Popó em maio de 1849, logo após a morte de seu pai.²⁸ Em outubro de 1849, Isidoro tinha se mudado de Pequeno Popó, de volta para Uidá; e a crença geral, nesta cidade, era de que, diante da recusa de Martins, o posto deveria ir para ele.²⁹ No início de 1850, Isidoro parece, de fato, ter sido reconhecido localmente em Uidá, como Chachá.³⁰ Mas a indicação não tinha ainda recebido a confirmação real oficial. Em março de 1850, Gezo convocou a família Souza a Abomé, para escolher o novo Chachá. Embora Isidoro fosse o mais rico dos três irmãos, Ignácio era apoiado por Martins, e Antônio era o “favorito do rei”; portanto, a questão estava em aberto; na ocasião, Isidoro foi confirmado como Chachá, enquanto Ignácio foi feito “caboceer [chefe]”, e Antônio ganhou o título honorífico de “amigo-del-Rey”. Foi acertado que os três deveriam pagar, separadamente, um “tributo” ao rei (isto é, um imposto sobre a renda), formalizando-se, assim, a dissolução da família Souza em segmentos autônomos.³¹ De fato, de acordo com tradição posterior, as propriedades dos Souza em Uidá foram também divididas entre os três irmãos; Isidoro ocupando a casa principal em “Singbome”, enquanto Ignácio tomou o prédio vizinho de Kendji, e Antônio ocupou a propriedade de Zomayi, no lado oeste de Uidá.³²

O cargo para o qual Isidoro tinha ascendido gozava, é claro, consideravelmente de menos prestígio e poder do que o seu pai tinha desfrutado em seu apogeu. O novo Chachá continuou a usufruir os privilégios oriundos de sua posição como agente comercial do rei, incluindo os di-

²⁷ PP, Slave Trade 1840-50, Class B, no 7, Vice-Cônsul Duncan, Ouidah, 22 de setembro de 1849.

²⁸ Registrado no Grand Livre Lolamè (em posse da família Lawson de Aného), Lawson a Marmon, 10 maio de 1849. Este incêndio é também lembrado na tradição da família Souza: Foà, *Le Dahomey*, 27; Simone de Souza, *La Famille de Souza*, 43.

²⁹ F.E. Forbes, *Dahomey & the Dahomans* (London, 1851), i, 52 [11 out. de 1849]; PP, Slave Trade 1849-50, Class B, incl. 10 em n° 9, Forbes, 5 nov. de 1849.

³⁰ Cf. Forbes, *Dahomey*, i, 106 [8 março de 1850], referindo-se a ele como “o novo Chachá”

³¹ Forbes, *Dahomey*, i, 125; ii, 3.

³² Foà, *Le Dahomey*, 26-7; “Note historique sur Ouidah par l’Administrateur Gavoy (1913)”, *Etudes dahoméennes*, 13 (1955), 68-9.

reitos reais da precedência na compra, pelo menos em Uidá; como foi mencionado em 1850, ele permaneceu sendo “o principal agente do rei em todos os assuntos relativos ao comércio; e a ele deviam ser submetidos todos os negócios, fossem com escravos, fossem com azeite de dendê, nos quais ele poderia exercer o direito de opção”.³³ Mas Gezo já não negociava somente através do Chachá. Em 1850, ele mencionava quatro pessoas, além do Chachá, que estavam servindo como seus agentes: seus irmãos Ignácio e Antônio de Souza; Domingos Martins em Porto-Novo; e um comerciante espanhol chamado Joaquim Antônio, que estava estabelecido em Grande Popó, a oeste.³⁴ Uma ausência notável nesta lista dos agentes de Gezo é a de Joaquim d’Almeida. Isto provavelmente reflete o fato de que ele, recentemente, tinha se mudado de Uidá; em abril de 1850 foi relatado que d’Almeida estava “agora” residindo em Agoué.³⁵ Ele permaneceu em Agoué, desde então, até sua morte em 1857. A razão para este deslocamento não foi registrada; mas parece provável que estivesse ligada à mudança de Isidoro para Uidá.

Embora a mudança de d’Almeida para Agoué tendesse a fortalecer a posição de Isidoro de Souza em Uidá, ela foi, por outro lado, minada quando Domingos Martins, logo a seguir, transferiu o foco principal de suas atividades de Porto-Novo para Uidá. Em agosto de 1851, foi relatado que a hostilidade do rei de Porto-Novo tinha obrigado Martins a abandonar seu estabelecimento, e que ele, logo depois, “foi feito caboccer, de seu próprio lugar, em Uidá”.³⁶ Esta expulsão de Martins de Porto-Novo foi, aparentemente, apenas temporária, uma vez que ele é novamente mencionado negociando por lá no final dos anos 1850. Todavia, o centro de gravidade de suas operações parece, então, ter-se deslocado definitivamente para Uidá.

A composição da comunidade mercantil em Uidá foi também indiretamente afetada pela intervenção britânica em Lagos no final de 1851, a qual pôs fim ao tráfico de escravos naquele porto e o transformou quase que num protetorado da Grã-Bretanha. Isto forçou a transferência

³³ Forbes, *Dahomey*, i, 111.

³⁴ PP, Slave Trade 1850-1, Class A, incl. 2 no n° 220, *Journal of Forbes*, 4 de julho de 1850.

³⁵ PP, Slave Trade 1850-1, Class A, incl. 3 no n° 198, Forbes, 6 de abril de 1850.

³⁶ PRO, FO84/886, Louis Frazer, cópia das notas de rascunho do *Journal*, 2 & 14 de agosto de 1851.

de vários traficantes de escravos brasileiros anteriormente lá residentes, alguns dos quais acabaram em Uidá. O mais importante destes foi Carlos José de Souza Nobre, um dos principais traficantes de Lagos, que se antecipou ao ataque britânico na cidade, retirando-se para Uidá, inicialmente na esperança de assegurar uma contra-intervenção da França ou dos Estados Unidos.³⁷ Ele permaneceu em Uidá daí em diante, até a sua morte em 1858.³⁸

Nestas circunstâncias, a relativa riqueza e a posição dos Souza continuaram a declinar durante os anos 1850. Em 1852, ainda era mencionado que, embora o comércio em Uidá estivesse aberto para todos, em Godomey e Cotonou, a leste, ele era monopolizado por dois dos irmãos Souza, na primeira por Isidoro e na segunda por Antônio.³⁹ Por volta de 1856, no entanto, as feitorias em Godomey e Cotonou tinham passado para a posse de Nobre e Martins, respectivamente.⁴⁰ Após a morte de Nobre em 1858, Godomey passou para o controle de Jacinto Rodrigues, que tinha uma casa lá por volta de 1859.⁴¹ Cotonou, por outro lado, continuou como um monopólio de Martins até pouco antes de sua morte em 1864, quando o Rei Glele autorizou lá um estabelecimento francês.⁴²

Deve-se ter em mente esse caráter altamente fragmentado da comunidade brasileira no início dos anos 1850, ao se considerar a reação desta comunidade ao término do tráfico de escravos brasileiro; tendo em vista as rivalidades comerciais e pessoais dentro dela, assim como a heterogeneidade de origens, não era provável que houvesse qualquer unanimidade de propósitos ou política.

O fim do tráfico de escravos brasileiro, 1850-52

No final de 1851, frustrada pela continuidade do tráfico de escravos de Uidá e outros portos na região, a marinha britânica impôs um bloqueio

³⁷ Pierre Verger, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe siècle* (Paris, 1968), 578.

³⁸ Burton, *Mission to Gelele*, i, 111.

³⁹ PRO, FO2/27, Louis Frazer, Commercial Report, encl. to Frazer, 15 de maio de 1852.

⁴⁰ WMMS, T.B. Freeman, "West Africa" (manuscritos para o livro), cap. XXXIV.

⁴¹ WMMS, William West, Cape Coast, 6 de junho de 1859.

⁴² Burton, *Mission*, i, 73.

de toda a costa do Golfo do Benim. Sob tal pressão, Gezo aceitou firmar um tratado para a abolição do tráfico de escravos em 13 de janeiro de 1852.

Na verdade, em relação ao tráfico especificamente para o Brasil, o bloqueio de 1851-2 e o conseqüente tratado Anglo-Daomeano eram, em grande medida, irrelevantes, exceto como símbolos, uma vez que, àquela altura, o tráfico para o Brasil já tinha, efetivamente, chegado ao fim. Os desdobramentos mais graves já tinham ocorrido no próprio Brasil, e não na África, com a adoção, pela marinha britânica, de uma política mais agressiva de perseguição e captura dos navios negreiros em águas territoriais brasileiras a partir de junho de 1850: sob tal pressão, o governo brasileiro finalmente pôs em vigor uma legislação efetiva para a supressão do tráfico de escravos em setembro de 1850.⁴³

Os efeitos logo se tornaram evidentes na própria África. Em fevereiro de 1851, um oficial naval britânico em visita a Uidá, ouviu que “o comércio de escravos tinha se reduzido enormemente, não havendo nenhum embarque já há muitos meses”, e que “os traficantes de escravos, vendo frustrados todos os esforços para exportar escravos” estavam, em vez disto, comerciando com azeite de dendê. Ao vice-cônsul britânico em Uidá, em agosto de 1851, foi igualmente asseverado, que durante aquele ano os portugueses “não tinham comprado um escravo sequer”.⁴⁴ Esta falta de demanda evidentemente produziu um certo excesso na oferta de escravos no Daomé, que se refletiu numa queda de preços. Enquanto, na década de 1840, o preço dos escravos em Uidá era de \$80 por cabeça, em 1851 eles eram vendidos por apenas \$40; em Porto-Novo no começo do mesmo ano dizia-se que escravos haviam sido oferecidos a Domingos Martins por somente \$7-8.⁴⁵

A reação da comunidade brasileira de Uidá à pressão britânica pela abolição do tráfico de escravos é controversa. A análise de John

⁴³ Ver Leslie M. Bethell, *The Abolition of the Brazilian Slave Trade: Britain, Brazil and the Slave Trade Question, 1807-1869* (Cambridge, 1970), cap. 12.

⁴⁴ PP, Lagos, incl. 2 no n° 35: Lieutenant Drew, 27 fev. de 1851; PRO, FO84/886, Frazer, Journal, 22 de agosto de 1851.

⁴⁵ Jean-Claude Nardin, “La reprise des relations franco-dahoméennes au XIXe siècle: A Mission d’Auguste Bouet à la cour d’Abomey”, *Cahiers d’Etudes Africaines*, 7/25 (1967), 118; PP, Lagos, incl. 4 no n° 35, Captain Adams, 24 de março de 1851.

Yoder, focada principalmente nas negociações Anglo-Daomeanas de 1850, afirma que os “comerciantes crioulos brasileiros” eram “os mais intransigentes inimigos dos britânicos”, desejando não só continuar o tráfico de escravos, mas também evitar o desenvolvimento de qualquer comércio alternativo.⁴⁶ Mas na verdade, como se verá mais adiante neste artigo, os principais comerciantes brasileiros já estavam, por volta de 1850, extensivamente engajados no comércio “legítimo” de azeite de dendê, bem como no tráfico de escravos; e sua atitude diante da iminente abolição, tal como documentado em afirmações registradas por observadores britânicos, era pragmaticamente flexível, ao invés de dogmaticamente contrária.

Em 1850, antes do colapso final das negociações, Domingos Martins disse à missão britânica que, se a Grã-Bretanha lhe pagasse compensações para cobrir o custo de seus impostos para com o rei, “ele pararia com o Comércio de Escravos nas Baías; e iria também incrementar o comércio de azeite de dendê, para torná-lo indispensável ao Rei”; no começo de 1851, foi informado que ele tinha se recusado a comprar escravos em Porto-Novo, embora eles lhe tivessem sido oferecidos a preços muito baixos, e havia declarado que “tinha tomado a decisão de não ter mais nada a ver com eles, devido às dificuldades da travessia para o Brasil”.⁴⁷ Em julho de 1851, o vice-cônsul britânico em Uidá informou que Martins tinha outra vez se mostrado “bastante disposto a assinar um tratado, por iniciativa própria, contra o tráfico de escravos e também auxiliar o governo inglês a acabar com ele”; ao passo que Antônio de Souza disse que, se os britânicos lhe permitissem um embarque final de 2.000 escravos, “ele de boa vontade daria garantias de nunca mais ajudar ou instigar o mesmo tráfico, e daria toda a ajuda que estivesse ao seu alcance para suprimi-lo”.⁴⁸ Embora estas afirmações representassem, claramente, mais um reconhecimento da realidade do que uma conversão moral, isto implicava que a comunidade mercantil de Uidá podia vislumbrar um futuro viável para si após o fim do tráfico de escravos, e via-o

⁴⁶ John C. Yoder, “Fly and Elephant Parties: political polarization in dahomey, 1840-1870”, *Journal of African History*, 15 (1974), 417-32.

⁴⁷ PP, Slave Trade 1850-1, Class A, incl. 3 no nº 198, Lieutenant Forbes, 6 abril de 1850; Lagos, incl.4 no nº 35, Captain Adams, 24 de março de 1851.

⁴⁸ PRO, FO84/886, Frazer, Journal, 22 de julho de 1851.

com resignação, como algo inevitável, ainda que indesejável, a ocorrer num futuro próximo.

Quando o bloqueio naval britânico foi implantado, em dezembro de 1851, os principais comerciantes brasileiros estavam intimamente envolvidos nas negociações em curso, como conselheiros e intérpretes do Rei Gezo; todos os irmãos Souza, Isidoro, Antônio e Ignácio, foram testemunhas no tratado, assinado em janeiro de 1852. O vice-cônsul britânico soube que os principais comerciantes de Uidá queriam muito que o Rei atendesse às exigências britânicas, mas também tinham medo de provocar represálias por parte das autoridades daomeanas. Ele afirmou, genericamente, que “os brancos” de Uidá estavam “apavorados, eles, individualmente e em conjunto, querem levar o Rei a fazer um tratado incondicional, mas não há um só dentre eles, corajoso o suficiente para lhe dizer isto”, embora Martins tenha de fato “prometido persuadir o Rei a assinar o tratado”. Falando com Antônio de Souza e Jacinto Rodrigues, ele teve a impressão de que ambos estavam “apavorados e temiam que os nativos pudessem matá-los”. O Chachá Isidoro também admitiu que “teme dizer ao rei o que pensa deste bloqueio, como ele diz, pois se tudo correr bem, o Rei irá chamá-lo de ‘querido amigo’; mas se ocorrer o inverso ele irá tirar sua vida”.⁴⁹

Novamente, tais posições provavelmente refletiam um desejo de pôr fim ao bloqueio, que era ruinoso para os interesses comerciais brasileiros, mais do que qualquer oposição de princípio ao tráfico de escravos. Mas também implicava que os brasileiros estavam dispostos a se adaptar ao fim do tráfico.

A continuidade do comércio para o Brasil

Diante do fim do tráfico de escravos para o Brasil, de que estratégias de acomodação dispunham, realmente, os comerciantes brasileiros de Uidá?

Primeiro, deve ser enfatizado que o término do tráfico brasileiro não acarretou o encerramento total das ligações comerciais com o Brasil. A demanda por mercadorias brasileiras, especialmente tabaco e ca-

⁴⁹ PRO, Frazer, 23 de dezembro de 1851; fragmentos do memorando diário, 26 de dezembro de 1851.

chaça, permaneceu alta na costa africana; em 1856, foi mencionado que “grandes quantidades” das duas mercadorias ainda estavam sendo importadas do Brasil para o Golfo do Benim, principalmente em navios sardos e portugueses. Embora algumas destas mercadorias brasileiras estivessem sendo levadas para a costa africana por comerciantes europeus, a maior parte permanecia nas mãos dos brasileiros: em 1854 foi estimado que pelo menos 80% do tabaco e da aguardente embarcados na Bahia eram consignados ou comprados por Martins.⁵⁰

Naturalmente, esta importação de mercadorias brasileiras já não podia mais ser paga diretamente com o suprimento de escravos. Havia, entretanto, também alguma oportunidade de fornecer mercadorias africanas para o mercado brasileiro. A longa história do tráfico de escravos, e o conseqüente crescimento, no Brasil, de uma população de origem ou ascendência africana, tinha criado uma demanda por produtos da África Ocidental, incluindo tecidos africanos, azeite de dendê e nozes de cola (principalmente iorubás). Alguns dos brasileiros na África Ocidental puderam, assim, continuar comerciando com o Brasil, ainda que não mais com escravos. A correspondência de José Francisco dos Santos que se conservou, relativa ao segundo período, 1862-71, mostra-o ainda comerciando com a Bahia, mas agora embarcando azeite de dendê e nozes de cola, em vez de escravos. Mais tarde, outro dos proeminentes membros da segunda geração da família Souza, Julião Félix de Souza, antes de assumir o título de Chachá em 1883, é lembrado como tendo vendido azeite de dendê para o Brasil, e mesmo feito várias viagens para lá, relacionadas com seus negócios.⁵¹

Todavia, o tamanho do mercado brasileiro para produtos africanos era, evidentemente, limitado e insuficiente para cobrir o custo da contínua importação de mercadorias brasileiras para a África Ocidental. Na verdade, as importações brasileiras eram provavelmente pagas principalmente em espécie (dólares de prata e dobrões de ouro), e este numerário tinha de ser obtido no comércio com outras regiões, tanto com escravos para Cuba como com produtos “legítimos” para a Europa.

⁵⁰ PP, Slave Trade 1856-7, Class B, incl. no n° 43, Consul Campbell, Lagos, Report on the Trade of the Bight of Benin for the year 1856;

⁵¹ Simone de Souza, *La Famille de Souza*, 55.

O tráfico de escravos para Cuba, 1852-66

Com o fim do tráfico de escravos para o Brasil, a alternativa óbvia era o tráfico para Cuba, onde as autoridades espanholas ainda estavam resistindo às pressões britânicas para a abolição efetiva. Embora alguns dos comerciantes de Uidá (tal como Santos) pareçam ter tido conexões mercantis somente com o Brasil, outros (incluindo Souza e Martins) tinham fornecido escravos para Cuba, bem como para o Brasil. Brasileiros estabelecidos na costa estavam, então, bem situados para explorar a continuação das oportunidades oferecidas pelo mercado cubano.

Ainda que o comércio cubano de escravos também tenha sido interrompido pelo bloqueio de 1851-2, ele reviveu logo depois. E mais, a posição de Uidá em relação ao comércio cubano se fortaleceu com o estabelecimento da influência britânica em Lagos, a qual efetivamente impediu o embarque de escravos a partir deste porto. O tratado que o Rei Gezo havia assinado em 1852 aplicava-se, evidentemente, a todas as exportações de escravos, incluindo aquelas para Cuba, como também para o Brasil; mas permaneceu incerto se ele poderia ou seria efetivamente cumprido.

Durante 1853, embora não tenham sido noticiados embarques de escravos a partir da própria Uidá, alguns foram feitos nas proximidades de Agoué, a oeste; o cônsul britânico em Lagos soube que, embora o Rei Gezo tivesse “proibido estritamente” o embarque de escravos da própria Uidá, os traficantes de escravos de lá estavam simplesmente enviando seus escravos ao longo da laguna para efetuar o embarque mais a oeste.⁵² Em 1854, entretanto, alguns embarques foram feitos da própria Uidá: em maio, três navios foram de lá despachados, com um total de cerca de 1.700 escravos;⁵³ e mais tarde, neste mesmo ano, um brigue francês chamado *Caesar* foi comprado em conjunto pelos fornecedores de escravos de Uidá e Agoué, com a finalidade de embarcar escravos de Uidá para Cuba; embora os britânicos tenham considerado este ato como “uma aventura imprudente”, uma vez que o barco estava “sem condições de navegabilidade e num estado perigoso”.⁵⁴ Todavia, todas estas

⁵² PP, Slave Trade 1853-4, Class B, n° 47, Campbell, 31 de outubro de 1853.

⁵³ PP, Slave Trade 1854-5, Class B, n° 6, Campbell, 30 maio de 1854; Class A, n° 109, Commander Miller, 3 de junho de 1854.

⁵⁴ PP, Slave Trade 1854-5, Class B, nos 17, 26, Campbell, 12 de agosto & 1° de dezembro de 1854.

quatro embarcações foram posteriormente capturadas pelas autoridades em Cuba, três delas antes de desembarcarem os escravos.⁵⁵ Outras tentativas de embarcar escravos em 1855 e 1856, foram frustradas pelo esquadrão antitráfico britânico: em agosto de 1855 um navio espanhol, o *Fernando Pó*, tencionava, supostamente, abastecer-se de escravos em Uidá, mas foi capturado pelos britânicos antes de lá chegar; e em janeiro de 1856 outro suspeito tumbeiro, o *Chatsworth*, de Nova Iorque, foi levado à terra e destruído em Cotonou (“Appi Vista”), a leste de Uidá.⁵⁶

Até que ponto os comerciantes brasileiros estabelecidos, tais como Domingos Martins, estavam envolvidos nestas aventuras é algo incerto. Embora os britânicos soubessem que Martins estava entre aqueles que tinham comprado e embarcado escravos no *Caesar* em 1854, havia, por outro lado, pouca evidência circunstancial a sustentar suas alegações de que ele continuava envolvido no tráfico de escravos. Na verdade, parece que o tráfico para Cuba foi predominantemente conduzido, ao menos em meados dos anos 1850, pelos recém chegados no comércio.⁵⁷ Estes eram geralmente portugueses ou espanhóis, e não brasileiros, e tinham negócios e vínculos pessoais com Cuba e Estados Unidos, e não com a Bahia; e muitos deles tinham suas bases principais em Agoué e outros portos a oeste, e não na própria Uidá. Vários dos navios enviados ao Golfo do Benim para comprar escravos para Cuba em 1855-6 foram despachados por João Antonio Machado, um comerciante português residente em Nova Iorque, que era naturalizado cidadão norte-americano.⁵⁸ Na própria costa africana, a principal figura no tráfico de escravos fora de Uidá, em 1854-6, era um espanhol chamado Domingo Mustich, cujos estabelecimentos principais ficavam em Agoué e Pequeno Popó, a oeste;⁵⁹ em 1854, ele

⁵⁵ PP, Slave Trade 1855-6, Class B, nº 25, Campbell, 2 de junho de 1855.

⁵⁶ PP, Slave Trade 1855-6, Class B, nos 9, 28, Campbell, 28 de agosto de 1855, 6 de janeiro de 1856.

⁵⁷ Cf. Ross, “Career of Domingo Martinez”, 87.

⁵⁸ PP, Slave Trade 1855-6, Class B, nº 30, 31, 46, Campbell, 1 fev. & 18 de agosto de 1856, 4 de fevereiro de 1857.

⁵⁹ Mustich esteve engajado no tráfico ilegal em Popo já nos anos 1840, mas não anteriormente em Uidá: Silke Strickrodt, “Afro-Brazilians on the western Slave Coast”, apresentado na conferência “Enslaving Connections: Africa and Brazil during the era of the Slave Trade”, York University, Toronto, out. de 2000.

viajou como comissário comercial do *Caesar* para Cuba, e foi de lá para Barcelona, a fim de organizar o despacho de outros navios (incluindo o *Fernando Pó*), antes de retornar para Uidá por volta do início de 1856.⁶⁰

Em todo caso, as perdas sofridas, de navios e cargas, rapidamente minaram o entusiasmo pela tentativa de continuar com o tráfico. No final de 1854, registrou-se que os fornecedores de escravos em Uidá tinham “ficado alarmados” diante destes reveses e estavam “agora retomando o comércio de azeite de dendê”; e no ano seguinte que eles estavam “em estado de grande desânimo” diante da perda do *Fernando Pó*.⁶¹ Embora tenha havido rumores de embarques subseqüentes, estes não estão documentados, e o comandante do esquadrão antiescravista britânico, em maio de 1857, afirmou “não crer que qualquer escravo tivesse sido embarcado a barlavento [oeste] de Lagos nos últimos dois anos”.⁶² O colapso da exportação de escravos por esta época é confirmado pela evidência relacionada aos preços, que permaneceram em baixa; quando a França negociou com o Rei Gezo o suprimento de escravos (sob a aparência de “emigrantes livres”) em 1857, o preço acertado foi de somente \$50 por cabeça.⁶³

Entretanto, o tráfico de escravos em Uidá experimentou uma revitalização a partir de 1857. Por volta de março de 1857, notícias chegaram ao cônsul britânico em Lagos, a leste, de que “fornecedores de escravos em Uidá tinham começado a comprar escravos em larga escala e estavam pagando um preço cada vez mais alto por eles”; dizia-se até mesmo que escravos estavam sendo enviados de Lagos para Porto-Novo, para serem vendidos para Uidá.⁶⁴ Os britânicos, inicialmente, acreditaram que o principal fator para este novo impulso ao tráfico fosse o projeto francês para o suposto recrutamento de “emigrantes livres” na África, a fim de serem enviados para as Índias Ocidentais Francesas através da firma Régis, o que era, na realidade, o renascimento do tráfico sob um

⁶⁰ PP, Slave Trade, 1854-5, Class B, nº 17, Campbell, 12 ago. de 1854; 1855-6, Class B, nos 9, 30, id., 28 de agosto de 1855, 1º de fevereiro de 1856.

⁶¹ PP, Slave Trade 1854-5, Class B, nº 26, Campbell, 1º de dezembro de 1854; 1855-6, Class B, nº 9, id., 28 de agosto de 1855.

⁶² PP, Slave Trade 1857-8, Class A, nº 155, Commander Hope, 25 de maio de 1857.

⁶³ PP, Slave Trade 1857-8, Class B, nº 25, Campbell, 10 de agosto de 1857.

⁶⁴ PP, Slave Trade 1857-8, Class B, nº 26, Campbell, 31 de agosto de 1857.

falso pretexto legal, que apresentava a compra dos escravos como o seu “resgate” para a liberdade, antes que ingressassem nos supostamente voluntários contratos de trabalho. Mas, no caso, os efeitos práticos deste esquema, no que tange especificamente a Uidá, foram insignificantes, uma vez que ele foi rapidamente suplantado pela revitalização do tráfico para Cuba, que empurrou os preços dos escravos para níveis com os quais os agentes de Régis não podiam competir. Quando um vapor pertencente à Régis chegou à costa, em agosto de 1857, ele na verdade só comprou entre 40 e 50 escravos em Uidá, e preferiu seguir para o Congo, onde os escravos podiam ser adquiridos a preços mais baixos. Em março de 1858, o cônsul britânico informou que “a tentativa de comprar escravos em Uidá como se fossem emigrantes livres não tinha ainda sido retomada por M. Régis e, enquanto o valor corrente dos escravos entre os nativos desta parte da África continuarem altos como estão, não é provável que isto aconteça”.⁶⁵

O tráfico para Cuba, revigorado a partir de 1857, estava, por outro lado, associado, não aos comerciantes brasileiros estabelecidos na costa, como Martins, mas a uma nova companhia formada em Havana, chamada “Expedición por África”, cujos barcos eram equipados nos Estados Unidos e navegavam sob as cores norte-americanas.⁶⁶ Ao longo de 1857, esta companhia mandou cinco navios para o Golfo do Benim para buscar escravos. No entanto, o primeiro a chegar, o *Adams Gray*, em abril de 1857, fracassou na tentativa de obter de escravos tanto em Cotonou (“Appi Vista”) quando em Uidá, e por esta razão foi para o Congo, mas foi capturado pela marinha britânica antes que pudesse embarcar qualquer escravo. A reação dos comerciantes estabelecidos no Daomé não foi, evidentemente nem um pouco entusiástica. Em Cotonou, Martins negou-se a fazer negócio com o *Adams Gray*, aconselhando-o a tentar em outros lugares, pois “o Golfo do Benim estava agora sendo fiscalizado de forma muito rígida”. O fracasso dos comerciantes de Uidá em fornecer escravos para este navio é explicado, em diferentes informes, como sendo devido à esperança que nutriam de fazer o carregamen-

⁶⁵ PP, Slave Trade 1857-8, Class B, n^{os} 25, 35, Campbell, 10 de agosto & 12 de outubro de 1857; 1858-9, Class B, n^o 5, id., 8 de março de 1858.

⁶⁶ PP Slave Trade 1858-9, Class A, n^o 142, Rear-Admiral Sir F. Grey, 11 de fevereiro de 1858.

to por sua própria conta, para obter maiores lucros, ou mais simplesmente porque eles “não estavam prontos”.⁶⁷ Mas um fator mais crítico pode ter sido a dúvida sobre a lucratividade do comércio de escravos: dois antigos traficantes de escravos, não identificados, que estavam visitando Lagos nesta época, opinaram que, dado que o *Adams Gray* estava oferecendo somente \$60-70 por escravo, “tal comércio... não merece sua atenção: o comércio de azeite de dendê é infinitamente melhor”.⁶⁸

Entretanto, navios da mesma companhia, que vieram em seguida, tiveram sucesso na obtenção de escravos: em junho de 1857, o *Jupiter* embarcou escravos em “Praya Nova”, um novo ponto de embarque, recém aberto, cinco milhas a oeste de Uidá, mas conseguiu embarcar somente 70 escravos antes de ser capturado pela marinha britânica; e, no final de agosto, o *Abbot Devereux* embarcou entre 250 e 270 escravos na praia de Uidá, mas foi também capturado pelos britânicos.⁶⁹ Outros embarques de Uidá foram relatados em setembro de 1857, por navios aparentemente sem conexão com a companhia de Havana: 109 escravos numa escuna espanhola e 300 na escuna norte-americana *James Buchanan*, tendo as duas, aparentemente, conseguido escapar da captura.⁷⁰ Em 1858, foi relatado que um navio norte-americano, o *Lydia Gibbs*, tinha desembarcado \$25.000 em espécie em Agoué como pré-pagamento por uma carga de escravos, mas foi capturado em maio antes que pudesse colocar qualquer escravo a bordo.⁷¹ Em janeiro de 1859, um navio destinado a embarcar escravos em Uidá foi capturado pela marinha britânica; mas outro, o brigue norte-americano *Tyrant*, conseguiu embarcar 400 escravos, sendo 200 de Agoué e 200 de Uidá.⁷² Em setembro do mesmo ano, três diferentes embarques, totalizando de 1.300 a 1.400 escravos, foram feitos em Agoué e Porto-

⁶⁷ PP, Slave Trade 1857-8, Class B, n° 8, Campbell, 11 de maio de 1857; Class A, incl.2 em n° 166, Commander Burgess, 12 de agosto de 1857.

⁶⁸ PP, Slave Trade 1857-8, Class B, n° 9, Campbell, 11 de maio de 1857.

⁶⁹ PP, Slave Trade 1857-8, Class A, incl.1 no n° 159, Lieutenant Pike, 2 julho de 1857; incl.2 no n° 166, Burgess, 12 ago. de 1857; Class B, n° 22, Campbell, 5 de agosto de 1857.

⁷⁰ PP, Slave Trade 1857-8, Class B n° 44, Campbell, 3 de novembro de 1857.

⁷¹ PP, Slave Trade 1858-9, Class A. n° 133, Wise, 6 de agosto de 1858.

⁷² PP, Slave Trade 1859-60, Class A, incl. no n° 4, Extrato do *West African Herald*, 10 de fevereiro de 1859; nos 95, 110, Wise, 15 de março & 16 de maio de 1859.

⁷³ PP, Slave Trade 1859-60, n° 150, Wise, 23 de novembro de 1859. Os navios eram o *Cygnat* (USA), setembro, com 400 escravos, de Agoué e mais a leste (capturado); *Glória* (português), setembro, 400 de Agoué; navio não identificado, setembro, 400-500 de Porto-Seguro.

Seguro, embora um destes tenha sido capturado pelos britânicos.⁷³ Em 1860, registraram-se quatro embarques de escravos feitos em Uidá, num total de mais de 2.500 escravos; um desses embarques, em agosto, representou uma significativa inovação técnica no tráfico ilegal: o emprego de um navio a vapor, o qual embarcou nada menos que 1.300 escravos numa única carga.⁷⁴ Nos primeiros dez meses de 1861, somente um único embarque de escravos foi registrado, a oeste de Keta;⁷⁵ mas houve, depois, outros embarques, em dezembro de 1861 e fevereiro de 1862, este último diretamente de Uidá.⁷⁶

Embora muitos destes embarques tenham tido lugar em portos a oeste de Uidá, muitos, senão todos os escravos eram considerados como sendo oriundos de lá: como o cônsul britânico em Lagos observou, no começo de 1862, “somente Uidá deve agora ser vista como um ponto de exportação de escravos: embarques podem ocasionalmente ser feitos em outros lugares, mas os escravos, na maioria dos casos, foram coletados lá.”⁷⁷

O reingresso de Uidá e do Daomé no tráfico de escravos não reflete simplesmente o retorno dos navios, que chegavam em busca de escravos, mas também o fato de que esta demanda revigorada teve o efeito de elevar os preços a níveis que tornaram o tráfico novamente atrativo: em agosto de 1857, escravos estavam novamente sendo vendidos em Uidá a \$80 por cabeça, um preço com o qual os agentes da firma Régis, que queriam comprar “emigrantes livres”, não podiam competir.⁷⁸

Contudo, não parece que estes preços fossem suficientes para tentar os antigos comerciantes, como Domingos Martins, a retornarem ao tráfico. Embora Martins fosse, de tempos em tempos, acusado pelos bri-

⁷⁴ PP, Slave Trade 1860, Class A, n° 23, Acting Consul Hand, Lagos, 10 de setembro de 1853; n° 57, Commodore Edmonstone, 2 de outubro de 1860; Class B, n° 24, Hand, 9 de outubro de 1860. Os navios eram: um barco espanhol (mas sob bandeira francesa), 9 ou 10 de abril (com 570 escravos); uma escuna sob bandeira norte-americana, 11 de maio (101 escravos); um “grande vapor”, agosto (1.300 escravos); o barco norte-americano *Buck Eye*, setembro (450 escravos). O comandante do esquadrão naval britânico afirmou, mais tarde, que “nada menos que 2.500 escravos tinham sido embarcados somente em Uidá num curto período de seis semanas [talvez um erro para 6 meses]”: PP, Slave Trade 1861, Class A, n° 62, Edmonstone, 4 de janeiro de 1861.

⁷⁵ PP, Slave Trade, 1862, Class A, incl. 1 no n° 82, Edmonstone, 7 de novembro de 1861: *the African*.

⁷⁶ PP, Slave Trade 1862, Class A, n° 93, incl. no n° 93, Commander Bedingfield, 12 de março de 1862: *the Thomas Acorn* e *the Seamew*.

⁷⁷ PP, Slave Trade 1862, Class B, n° 7, Acting Consul McCoskry, Lagos, 7 de janeiro de 1862.

⁷⁸ PP, Slave Trade 1857-8, Class B, n° 25, Campbell, 10 de agosto de 1857.

tânicos de envolvimento no revitalizado tráfico de escravos, e sua morte, em janeiro de 1864, tenha sido vista como “um severo golpe [...] nos interesses escravistas de Uidá”,⁷⁹ nunca foi citada nenhuma evidência clara a este respeito; o próprio Martins insistiu, em 1862, que “tinha abandonado o tráfico de escravos”.⁸⁰ Como se depreende de registros detalhados, as figuras dominantes no revigorado tráfico de escravos, a partir de 1857, parecem ter sido, mais uma vez, aquelas recém chegadas à costa, ou que, pelo menos, não haviam se destacado anteriormente no tráfico em Uidá. Em 1857, a principal figura, descrita como “agente geral para o tráfico de escravos em Uidá e portos de embarque adjacentes”, era Samuel da Costa Soares, que, embora descrito como “um dos [...] antigos traficantes de escravos”, até então não tinha tido importância suficiente para ser mencionado nos documentos; ele era oriundo da metrópole portuguesa, e não do Brasil, tinha vínculos com comerciantes portugueses residentes em Nova Iorque, e era, ele próprio, naturalizado cidadão norte-americano; sua base principal era Agoué, e não Uidá.⁸¹ Em 1859, navios negreiros enviados para Uidá foram considerados como sendo consignados a “J.M. Carvalho” e “Mr. Baeta”.⁸² O primeiro deles é, presumivelmente, “M. D. Joaquim Carvalho”, chamado de “Breca”, cuja morte na costa foi relatada por volta do começo de 1864;⁸³ e que tinha tido sua base em Grande-Popó anteriormente, nos anos 1850.⁸⁴ O segundo era João Gonzalves Baeta, de comprovado envolvimento no tráfico ilegal de escravos em Agoué já no início da mesma década; ele parece ter se retirado do negócio depois e retornado para a Bahia, onde foi um dos correspondentes de José Francisco dos Santos a partir de 1862.⁸⁵

No final de 1859, Agoué foi apontada como sendo a base de dois

⁷⁹ PP, Slave Trade 1864, Class B, n° 19, Consul Burton, Bonny River, 23 de março de 1864.

⁸⁰ PP, Slave Trade 1863, Class A, n° 91, Commodore Wilmot, nov. de 1862.

⁸¹ PP Slave Trade 1857-8, Class B, n° 19, Campbell, 27 de julho de 1857; cf. também Turner, “Les Brésiliens”, 125-6.

⁸² PP, Slave Trade 1859-60, Class B, incl. no n° 4, Extrato do *West African Herald*, 10 de fevereiro de 1859; Class A, n°s 95, 115, Wise, 15 de março & 9 de junho de 1859.

⁸³ PP, Slave Trade 1864, Class B, n° 19, Burton, 23 de março de 1864.

⁸⁴ Strickrodt, “Afro-Brazilians”. Mas havia um outro Carvalho ativo neste período, Manoel Joaquim de Carvalho, cujas atividade estavam principalmente centradas em Porto-Novo.

⁸⁵ Strickrodt, “Afro-Brazilians”.

⁸⁶ PP, Slave Trade 1859-60, Class A, n° 158, Elphinstone, 21 Jan. 1860, with inclosure, Commander Bowen, 21 de novembro de 1859.

traficantes de escravos chamados “Maderes” e “Swarey”.⁸⁶ O primeiro deles era Francisco José de Medeiros, que também tinha nacionalidade portuguesa, sendo originário da Ilha da Madeira, mas tendo residido por vários anos em Cuba; nos anos 1840 ele tinha comandado o comércio ilegal com navios negreiros em Uidá, mas sua presença não é confirmada em Agoué antes de 1859.⁸⁷ O segundo, aparentemente, não é o Samuel da Costa Soares de 1857, mas uma outra pessoa, João Pereira Soares. Este Soares tinha bases em Uidá assim como em Agoué; foi descrito, em 1864, como “o principal fornecedor [de escravos] de Uidá”.⁸⁸ Em 1867, depois que o tráfico de escravos para Cuba tinha chegado ao fim, Soares Pereira e Medeiros foram descritos como “os últimos dos ricos fornecedores de escravos”.⁸⁹

O renascimento do tráfico de escravos para Cuba, entretanto, teve vida curta. As patrulhas navais britânicas tiveram uma certa participação em sua extinção, especialmente depois que a eficácia de suas ações foi fortalecida pelo tratado Anglo-Americano de 1862, o qual finalmente concedeu o direito de busca em navios norte-americanos, pondo fim, desta forma, ao uso abusivo de sua bandeira por navios negreiros ilegais.⁹⁰ Uidá mereceu uma atenção especial, tendo o comandante naval britânico local emitido instruções, em 1863, para que ela “nunca deixasse de ser vigiada”.⁹¹ Mas, como no caso do término do tráfico brasileiro, ocorrido anteriormente, o fator decisivo foi o fechamento do mercado cubano. Isto deveu-se, em parte, a uma questão puramente econômica, pois o declínio do preço dos escravos em Cuba, nos anos 1860, fez com que a importação da África deixasse de ser lucrativa; qualquer perspectiva de um revigoramento posterior do tráfico foi eliminada pela tardia edição, por parte das autoridades espanholas em Cuba

⁸⁷ Sobre Medeiros, ver Turner, “Les Brésiliens”, 126-7; Reynier, “Ouidah”, 67. Ele comandou o navio *Fortuna* de Havana, chegando à Baía de Benin em março de 1842: PP, Slave Trade 1842, Class A, nº 54, caso do *Fortuna*.

⁸⁸ Cf. Burton, Mission, i, 74-5 n.; PP, Slave Trade 1864; PP, 1864, Class A, nº 151, Wilmot, 1º de dezembro de 1864.

⁸⁹ PP, Slave Trade 1867, Class A, nº 65, Commodore Hornby, 7 de junho de 1867.

⁹⁰ A importância do tratado de 1862 é questionada por David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade* (New York, 1987), 210, que afirma, que na verdade, nenhum navio foi condenado com base neste acordo; todavia, ele presumivelmente funcionou como um fator desencorajador.

⁹¹ PP, Slave Trade 1864, Class A, nº 119, Wilmot, 31 de dezembro de 1863.

⁹² Sobre o argumento de que o comércio cubano “foi vitimado por uma morte mercadológica”, e que a legislação de 1867 teve importância somente como “símbolo”: vide Eltis, *Economic Growth*, 218-19.

em 1867,⁹² de uma legislação mais efetiva para prevenir as importações ilegais.

Provavelmente, o último embarque transatlântico de escravos diretamente da praia de Uidá ocorreu em 25 de março de 1862, quando o vapor espanhol *Noc d'Acqui*, segundo informações, partiu para Cuba com 1.600 escravos.⁹³ Em outubro de 1862, o mesmo navio voltou para a costa, e recolheu uma carga de cerca de 1.000 escravos; mas encontrou Uidá tão estritamente vigiada pela marinha britânica que foi impossível embarcar escravos lá e, por isso, os escravos foram enviados ao longo da laguna para embarque em Agoué.⁹⁴ Em seguida a uma missão britânica para o Daomé no começo de 1863, o Rei Glele novamente emitiu instruções de que “escravos, tanto comprados dele quanto de outros, não deveriam ser embarcados na costa de seu território”; mas, como acontecera nos anos 1850, isto, evidentemente, não impediu o envio de escravos de Uidá, ao longo da laguna, para serem embarcados alhures.⁹⁵ A última exportação de escravos para um mercado transatlântico no qual Uidá esteve envolvida ocorreu em 10 de outubro de 1863, quando outro vapor espanhol, o *Ciceron*, embarcou, em Godomey, uma carga de 960 escravos, embora esta tenha sido confiscada pelas autoridades espanholas após sua entrega em Cuba.⁹⁶ Os escravos destinados a este embarque tinham marchado por terra de Uidá para Godomey; sua passagem em direção a leste, sob guarda armada, foi testemunhada pelo missionário católico francês Francesco Borghero, que casualmente estava vindo em direção oposta, de uma visita a Lagos e Badagry.⁹⁷ De acordo com o cônsul britânico Richard Burton, que chegou a Uidá algumas semanas depois, o embarque bem sucedido foi comemorado pelos responsáveis pelo carregamento com um banquete que durou dez horas, ao qual compareceram os comerciantes “legítimos”, assim como os traficantes de escravos, que se juntaram em “brindes pró-escravidão” junto com os escravistas.⁹⁸

⁹³ PP, Slave Trade 1862, Class B, no 14, Consul Freeman, Lagos, 9 de maio de 1862; WMMS, Henry Wharton, Cape Coast, 14 de abril de 1862.

⁹⁴ PP, Slave Trade 1862, Class B, n° 25, Freeman, 29 de outubro de 1862; também apontado por Borghero, *Journal*, 116-17 [20-21 de outubro de 1862].

⁹⁵ PP, Slave Trade 1864, Class A, n° 119, Wilmot, 31 de dezembro de 1863.

⁹⁶ Idem, *ibidem*.

⁹⁷ Borghero, *Journal*, 139 [9 de outubro de 1863].

⁹⁸ Burton, *Mission*, i, 115.

Na verdade, esta celebração terminou sendo o canto do cisne do tráfico de escravos em Uidá, uma vez que este, aparentemente, foi o último embarque de escravos para Cuba de todo o Golfo do Benim. Embora o Rei Glele, em negociações com os britânicos em 1863-4, ainda insistisse que continuaria a vender escravos, sua determinação foi irrelevante, na ausência de navios aos quais vender. Nos anos 1864, o comandante naval britânico informou que, no Golfo do Benim, “até onde eu sei, não houve um único embarque este ano”, fato que ele sustentava ser “inteiramente atribuível ao estrito bloqueio que foi estabelecido”; embora o vapor *Ciceron* tivesse reaparecido na costa oeste de Uidá, perto de Porto-Seguro, em maio, e uma carga de 2.000 escravos tivesse sido preparada, foi impossível embarcá-la.⁹⁹ No ano seguinte, 1865, o comandante novamente informou que o tráfico de escravos nas Baías, “em razão do estrito bloqueio estabelecido e mantido, está virtualmente no fim. Não houve embarques de escravos desde o ano passado”; e outro observador relatou que “os comerciantes de escravos que os tinham reunido para embarque estavam agora os vendendo-os de volta para os nativos, para trabalharem em suas plantações”.¹⁰⁰

Os traficantes de escravos locais talvez ainda não tivessem perdido a esperança, pois, em julho de 1864, João Soares Pereira viajou de Uidá para Londres, pelo serviço de vapor de Lagos, a fim de comprar navios, e, se não obtivesse sucesso lá, tencionava prosseguir até Nova Iorque com o mesmo propósito; os britânicos souberam (ou supuseram) que estes navios tinham como objetivo o seu emprego no tráfico de escravos.¹⁰¹ Presumivelmente como resultado desta missão, no ano seguinte, um navio chamado *Dahomey*, de propriedade de Pereira e Medeiros, navegou de Nova Iorque, via Lisboa, para a África Ocidental, chegando em Uidá em dezembro de 1865. Após alguns meses negociando entre Uidá e localidades a oeste, este navio foi capturado pela marinha britânica em Agoué em março de 1866; mas embora os britânicos tenham alegado que mais de 600 escla-

⁹⁹ PP, Slave Trade 1864, Class A, n° 151, Wilmot, 1° de dezembro de 1864.

¹⁰⁰ PP, Slave Trade 1865, Class A, n° 83, Wilmot, 19 de dezembro de 1865; *African Times*, 23 de setembro de 1865, carta datada de Grande Popó, 29 de julho de 1865.

¹⁰¹ PP, Slave Trade 1864, Class A, n° 151, Wilmot, 1° de dezembro de 1864.

¹⁰² PP, Slave Trade 1866, Class A, nos 37, 39, 43, case of the Dahomey; also n° 60, Hornby, 11 de março de 1866; 1867, Class A, n° 48, id., 12 de fevereiro de 1867.

vos haviam sido reunidos em Agoué para embarque no *Dahomey*, não havia evidências conclusivas desta intenção, e o navio foi, afinal, liberado.¹⁰²

Depois disto, as esperanças locais de um renascimento do tráfico evidentemente se evaporaram. No ano seguinte, 1867, o comandante naval britânico local informou que a “demanda por escravos por parte de Cuba aparentemente cessou”; desde a dispersão dos escravos supostamente reunidos para embarque no *Dahomey* no ano anterior, “nenhuma carga, até onde sabemos, foi preparada para embarque naquela parte da costa”. Soares Pereira e Medeiros começaram a desmontar seu estabelecimento em Agoué, e transferiram seus negócios para leste da costa; como Medeiros explicou para um capitão naval britânico, “agora, o tráfico de escravos está encerrado, então eu estou indo para o comércio legal; seus cruzadores não o impediram, mas não há demanda por parte de Cuba”.¹⁰³ Medeiros mudou-se para Uidá, onde morreu em 1875.¹⁰⁴

Os brasileiros e o crescimento do comércio “legítimo” para a Europa

Uma estratégia alternativa de adaptação ao término do tráfico de escravos para o Brasil foi o desenvolvimento de formas “legítimas” de comércio, isto é, com mercadorias outras que não escravos, o que, no Golfo do Benim, significava principalmente azeite de dendê e, a partir de meados da década de 1860, também a castanha do coco do dendezeiro. De mais a mais, bem mais tarde, quando o tráfico de escravos para Cuba também chegasse ao fim, este seria o único recurso para os comerciantes brasileiros de Uidá, se quisessem evitar a marginalização comercial.

Embora, como apontado acima, algum comércio tenha sido feito com azeite de dendê para o Brasil, os principais mercados para este produto estavam na Europa Ocidental, principalmente Inglaterra e Fran-

¹⁰³ PP, Slave Trade 1867, Class A, n° 65, Hornby, 7 de junho de 1867.

¹⁰⁴ Reynier, “Ouidah”, 67. Este relato afirma que Medeiros se mudou para Uidá em 1863, mas segundo as fontes contemporâneas isto deve se ter dado alguns anos mais tarde. Um relatório de 1871 apontou sua presença em Uidá, onde estava construindo uma casa: J.A. Skertchly, *Dahomey As It Is* (London, 1874), 67.

ça. A opção por concentrar os negócios no azeite de dendê implicou numa reorientação comercial em direção à Europa. Isto não era algo inteiramente novo, uma vez que os brasileiros de Uidá tinham começado a vender azeite de dendê para comerciantes europeus numa escala considerável antes mesmo do fim do tráfico de escravos para o Brasil. O comerciante britânico que iniciou o comércio de azeite de dendê na região, Thomas Hutton, em 1846, comentou com surpresa que o próprio Souza tinha entrado no comércio legítimo, tendo carregado cinco navios com azeite de dendê no curso de um ano; e no ano seguinte ele chegou a reclamar da competição que “os portugueses” estavam oferecendo no comércio de azeite.¹⁰⁵ Brasileiros, tal como os mercadores nativos daomeanos, também entraram na produção de azeite de dendê, empregando trabalho escravo nas fazendas perto de Uidá.

Os comerciantes brasileiros inicialmente tomaram o comércio de azeite mais como um suplemento ao tráfico de escravos do que como um substituto a este: como foi mencionado em 1849, “no momento, ninguém é comerciante de escravos em Uidá, mas trabalha com os dois comércios”.¹⁰⁶ Domingos Martins, em particular, estava profundamente envolvido no comércio de azeite, dizendo ter obtido, com ele, nada menos que \$80.000 durante o ano 1849-50; em 1851, seu secretário em Uidá sustentava que seus negócios com azeite de dendê tinham ultrapassado o montante de \$200.000 (a preços correntes, cerca de 2.000 toneladas) anuais.¹⁰⁷ Estes comerciantes foram para o comércio de azeite, em parte a fim de se garantir contra a crescente incerteza no tráfico de escravos; mas eles também usaram o comércio de azeite para apoiar suas atividades escravistas. Um dos problemas centrais para os traficantes no comércio ilegal era a obtenção das mercadorias que seriam utilizadas para a compra de escravos. Embora tivessem fácil acesso ao tabaco e aguardente brasileiros, também precisavam de um suprimento maior de mercadorias manufaturadas, especialmente britânicas. Anteriormente, eles tinham dependido da compra de bens britânicos na África Ocidental, com pagamento em dinheiro, mas agora tinham considerado mais conve-

¹⁰⁵ PRO, CO96/12, Hutton, 7 de dezembro de 1846, 17 de março de 1847.

¹⁰⁶ PP, Slave Trade 1849-50, Class B, incl. 10 n° 9, Forbes, 5 de novembro de 1849.

¹⁰⁷ Forbes, *Dahomey*, ii, 85; PRO, FO84/886, Frazer, Journal, 22 de julho de 1851.

¹⁰⁸ PRO, CO96/12, Hutton, 17 de março de 1847; Forbes, *Dahomey*, ii, 85.

niente obter estes bens vendendo azeite de dendê; como Hutton explicitamente apontou, em 1847, “eles praticam o comércio de azeite para induzir navios a trazer-lhes carregamentos”; e como Martins explicou em 1850, “os comércios de escravos e de azeite ajudam-se um ao outro”.¹⁰⁸

Parte da reação do Daomé ao término do tráfico de escravos brasileiro foi o incremento das exportações de azeite de dendê: uma missão francesa, que visitou o Daomé em 1856, afirmou que “as exportações de azeite de dendê estão crescendo a cada ano”; e um missionário inglês, naquele mesmo ano, teve, igualmente, a impressão de que “uma grande mudança comercial está atingindo todo o Daomé, a manufatura do azeite de dendê está crescendo enormemente”.¹⁰⁹ Os comerciantes brasileiros claramente desempenharam um papel proeminente nesta expansão do comércio do azeite: em 1856, por exemplo, foi apontado que Nobre e Martins, com suas fábricas em Godomey e Cotonou, eram “grandes comerciantes de azeite”.¹¹⁰ Neste período, na verdade, os brasileiros foram muito bem sucedidos em inserir-se como intermediários entre os produtores africanos e os compradores europeus de azeite de dendê. Um capitão britânico que comercializou em Uidá e Badagry entre 1851 e 1863, observou que a principal mudança na operação do comércio durante este período foi que “em vez de comerciar com os nativos, nós freqüentemente temos de comerciar com os portugueses estabelecidos no negócio do azeite, agora que o tráfico de escravos está à beira da ruína”.¹¹¹

Esta mudança para o azeite de dendê, todavia, acabou por enfrentar dificuldades, devido à queda dos lucros. O preço do azeite de dendê no Reino Unido atingiu um pico de £48 por tonelada em 1854, mas depois declinou, girando, em média, em torno, de £43 durante o restante dos anos 1850, e caindo abaixo das £40 nos anos 1860.¹¹² Os

¹⁰⁹ A. Vallon, “Le royaume de Dahomey”, *Revue Maritime et Coloniale*, 1 (1860), 357; WMMS, T.B. Freeman, Porto-Novo, 2 de abril de 1856.

¹¹⁰ WMMS, Freeman, 2 de abril de 1856.

¹¹¹ PP, Select Committee on the State of the British Settlements on the Western Coast of Africa (1865), Minutes of Evidence, 5449-50 (Captain James Croft).

¹¹² Martin Lynn, *Commerce & Economic Change: the palm oil trade in the nineteenth century* (Cambridge, 1997), 29, 112 (Tables 1.9, 5.2).

preços na costa da África Ocidental não seguiram o mesmo padrão, mas, no geral, também caíram. A expansão das exportações de azeite de dendê de Uidá no final dos anos 1840 tinha sido estimulada por uma alta nos preços, de \$4 por medida (18 galões), em 1844, para \$7 por medida, em 1850, e £8 por medida (\$133 por tonelada) em 1851; e em janeiro de 1852, em seguida à sua aceitação do tratado para a abolição das exportações de escravos, o Rei Gezo decretou um aumento do preço para \$12 por medida (\$200 por tonelada).¹¹³ Mas este nível artificial (que era, na verdade, mais alto do que os preços correntes na Inglaterra) era obviamente insustentável. Em 1854, o preço tinha caído de volta para \$6 por medida (\$100 por tonelada).¹¹⁴ Deve se presumir que esta queda de preços minou a lucratividade do comércio para os negociantes de Uidá e para a monarquia daomeana; além disso, os ganhos dos primeiros foram ainda mais reduzidos pelo acréscimo na taxaço do comércio de azeite de dendê que a monarquia instituiu nos anos 1850 para compensar sua perda da renda oriunda do tráfico de escravos. A redução na lucratividade do comércio do azeite talvez explique as informações de que, por volta de 1859, o principal comerciante de Uidá, Domingos Martins, estava “a beira da bancarrota”.¹¹⁵

A longo prazo, na verdade, os comerciantes brasileiros não foram capazes de competir efetivamente com as firmas européias e francesas, que dispunham de maiores recursos de capital, e sobreviveram somente tornando-se agentes destas. Um dos primeiros exemplos foi Manoel Joaquim de Carvalho, que estava servindo como agente da firma francesa Régis, em Porto-Novo em 1862-3, quando desempenhou um importante papel na negociação do primeiro protetorado francês sobre Porto-Novo — que teria vida curta.¹¹⁶ Na própria Uidá, o brasileiro J. C. Muniz

¹¹³ PP, Slave Trade 1850-1, Class A, incl.3 no n° 198, Forbes, 6 de abril de 1850; PRO, FO2/7, Frazer, Commercial Report, 1852; FO84/886, Louis Frazer, Occurrences, gossip &c. at Whydah, 20 Jan. 1852.

¹¹⁴ Em 1854, Martins prometeu fornecer azeite aos britânicos ao preço de 4½ galões por dólar (i.e. \$4 por medida de 18 galões), mas então subiu o preço para 3 galões por dólar (\$6 por medida): PP, Slave Trade 1854-5, Class B, n° 32, Campbell, 7 de dezembro de 1854.

¹¹⁵ PP, Slave Trade 1858-9, Class B, n° 17, Campbell, 7 de fevereiro de 1859.

¹¹⁶ C.W. Newbury, *The Western Slave Coast & its Rulers* (Oxford, 1961), 64.

¹¹⁷ Correspondência de Santos, n° 88 [31 Jan. 1863]; também n° 97, 103 [26 de julho de 1863, 3 de maio de 1864, endereçada a Lartigue].

formou, claramente, uma parceria similar com o agente local da Régis, Jules Lartigue; quando este retornou para a França, deixou Muniz para tocar seus negócios — ainda assim, quando Muniz morreu, em fevereiro de 1863, deixando seus negócios numa confusão, José Francisco dos Santos, que era um de seus credores, teve de escrever para Lartigue, na França, para garantir o recebimento do que lhe era devido.¹¹⁷ Na geração seguinte, os filhos dos principais comerciantes brasileiros serão encontrados, não mais como negociantes independentes, mas como agentes subordinados de firmas européias. Nos anos 1870, por exemplo, o filho de Santos, Jacinto da Costa Santos, estava atuando como agente da firma inglesa Swanzy.¹¹⁸ Mais tarde, nos anos 1880, após esta firma ter se retirado do comércio de Uidá e vendido suas propriedades de lá para a firma alemã Goedelt, de Hamburgo, um filho de Medeiros, Julio Medeiros, serviu, igualmente, como agente desta última.¹¹⁹

Estes processos de ajustes comerciais também interagiram com o contexto político em transformação, tanto em termos da política africana local — especialmente com as relações cada vez mais problemáticas da comunidade brasileira em Uidá com a monarquia daomeana — quanto em termos da diplomacia internacional, com o crescimento da intervenção imperialista da Grã-Bretanha, França e Portugal.

Política local: os brasileiros e a monarquia daomeana

Embora tenha sido, inicialmente, uma reação a mudanças de oportunidades no mercado, quando da reaparecimento da demanda por parte de Cuba, a revitalização do tráfico de escravos no final dos anos 1850 também refletia divisões políticas internas ao Daomé, mais abertamente expressas na disputa pela sucessão real, que se seguiu à morte do Rei Gezo em 1858. A promoção do comércio de azeite de dendê por parte de Gezo, nos anos 1850, tinha sido acompanhada por uma consciente minimização

¹¹⁸ Foà, *Le Dahomey*, 33.

¹¹⁹ Turner, “Les Brésiliens”, 303.

¹²⁰ Robin Law, “The politics of commercial transition: factional conflict in Dahomey in the context of the ending of the Atlantic slave trade”, *Journal of African History*, 38 (1997), 213-33.

da importância do tradicional militarismo daomeano, o que tinha provocado a oposição dos elementos tradicionalistas da elite dirigente, com a qual o herdeiro presuntivo Badahun (que subiu ao trono como rei Glele em 1858) estava associado.¹²⁰ Esta interpretação da divisão faccionária no Daomé foi recentemente questionada por Edna Bay, que afirma que o conflito sobre a acessão de Badahun/Glele refletiu uma luta interna pelo poder, e não divergências sobre a política comercial ou externa.¹²¹ Mas estas interpretações não são contraditórias, na medida em que diferenças políticas iriam inevitavelmente tender a se cristalizar em torno de pontos da tensão estrutural da classe dirigente.

Até que ponto os brasileiros, ou de forma mais ampla, a comunidade mercantil de Uidá, estava envolvida nestas divisões faccionárias é algo que permanece incerto. Não há evidências explícitas de que os brasileiros ou os comerciantes nativos tenham desempenhado qualquer papel direto na disputa pela sucessão de 1858. Todavia, há evidências do descontentamento em Uidá nos primeiros anos do reinado de Glele. Em 1860, por exemplo, o cônsul britânico em Lagos informou que o novo rei do Daomé era “malquisto em Uidá, seu governo sendo mais intolerável que o de seu pai”, e chegou a sugerir que “no presente momento, pouco estaria faltando para uma revolta contra a autoridade de Guelele”. Embora tal afirmação possa ter sido a expressão do desejo do próprio cônsul, ela tem suporte no próximo testemunho. A Missão Metodista inglesa em Uidá, em 1861, também achava que Glele estava “agora se tornando odioso para muitos de seu povo”, por isso “inúmeros deles estão deixando seu território na costa marítima”. Da mesma maneira, o cônsul Burton, em 1863-4, informou que: “O povo de Uidá está cansado de guerras e impostos, e muitos estão fugindo, com suas esposas e suas famílias, para as províncias adjacentes”; ele se referia, especificamente, a quarenta famílias que tinham, recentemente, fugido de Uidá para Por-

¹²¹ Edna G. Bay, *Wives of the Leopard: Gender, Politics and Culture in the Kingdom of Dahomey* (Charlottesville, 1998), 263-73. Bay rejeita as informações contemporâneas de uma ruptura entre Gezo e Badahun, e argumenta que a oposição à acessão deste último refletiu a luta pelo controle da sucessão real no seio da família real e principalmente na organização feminina palaciana.

¹²² PP, Slave Trade 1860, Class B, n° 8: Consul Brand, Lagos, 18 de abril de 1860; WMMS, Henry Wharton, Cape Coast, 13 de agosto de 1861; PP, Slave Trade 1864, Class B, n° 19: Burton, 23 de março de 1864; Burton, *Mission*, ii, 85, n.

to-Novo, a leste, colocado, há pouco, sob protetorado francês, “como uma terra de liberdade”.¹²²

O êxodo de Uidá, relatado nestas fontes, envolveu, em parte, escravos empregados localmente, que agora temiam ser vendidos para exportação para Cuba (e também, talvez, capturados para sacrifício nas cerimônias fúnebres para o falecido Rei Gezo). Mas o descontentamento em Uidá estendia-se, claramente, para além dela, incluindo a população, de forma mais geral, e, certamente, a rica classe mercantil em particular.

Na verdade, a acessão de Glele foi marcada por um espetacular rompimento com uma das principais famílias mercantis de Uidá, os Souza. O segundo Chachá, Isidoro de Souza, havia morrido em 1858, pouco antes do próprio Rei Gezo. Gezo, inicialmente, tinha indicado um dos irmãos mais novos de Isidoro, Antônio “Kokou”, para sucedê-lo, mas Antônio provocou o descontentamento real. De acordo com o registro feito por Burton alguns anos depois, Antônio era “um homem dissoluto, rico, esbanjador, intolerante; possuía milhares de escravos armados e treinados; construíra um palacete misturando aguardente, e não água, na argamassa, desejando imitar o Rei, que, para tal finalidade, usa sangue, e ameaçava compelir Gezo tornar-se cristão a força”; a tradição familiar também relembra este rompimento com a autoridade real, recordando que ele empregou seus servidores armados para defender os membros da família contra a expropriação e aprisionamento pelos agentes do rei.¹²³ Burton comenta que “sua carreira foi curta”; isto, provavelmente, significa que ele foi demitido, e não assassinado, uma vez que a tradição familiar insiste em que, ao contrário de muitos de seus irmãos, ele morreu de causas naturais. Todavia, é certo que ele faleceu logo em seguida.¹²⁴ O título de Chachá foi, então, conferido ao terceiro dos filhos proeminentes de Souza, Ignácio, mas ele também não durou muito: de acordo com Burton, por volta de 1859-60 (portanto, após a acessão de

¹²³ Burton, *Mission*, i 105-6; evidência oral, Balbina de Souza, vila residencial Antônio Kokou de Souza, Ouidah, 12 de dezembro de 2001.

¹²⁴ Simone de Souza, *La Famille de Souza*, 60, sugere que Antônio Kokou viveu até cerca de 1883; mas não há referências claras a ele nas fontes da época, após os anos 1850.

¹²⁵ Burton, *Mission*, i, 91-2 (datando de “quatro anos atrás”). A tradição familiar informa a data de morte de Ignácio como sendo 1860: Simone de Souza, *La Famille de Souza*, 150.

Glele) ele foi acusado de fornecer informações para o esquadrão antitráfico britânico, e “desapareceu misteriosamente”; sua propriedade de Kendji em Uidá foi “invadida”; Burton a viu, em 1864, ainda em ruínas.¹²⁵

A maneira precisa como a remoção de Antônio e o assassinato de Ignácio de Souza possam estar conectados com as disputas, na capital, acerca da reativação do tráfico de escravos, é algo que permanece obscuro. A acusação contra Antônio sugere um desafio direto à autoridade real, uma reivindicação de independência, e não divergências acerca de política. Todavia, a acusação contra Ignácio, identificando-o com a campanha antiescravista britânica, quer tenha sido isto uma verdade factual, quer não, é algo que o liga efetivamente, por implicação a esta luta política mais ampla.

De acordo com um relato posterior, na crise que se seguiu à morte de Isidoro, o Rei Glele indicou, inicialmente, outro dos irmãos Souza, um segundo Antônio, este apelidado “Agbakoun”, para o cargo de Chachá, mas a indicação foi anulada após protestos de outros comerciantes de Uidá;¹²⁶ presumivelmente esta indicação fracassada seguiu-se à derrocada de Antônio e Ignácio. Ao contrário deste último, no entanto, Antônio “Agbakoun” não foi assassinado, mas viveu até os anos 1880.¹²⁷ O título de Chachá foi, finalmente, concedido a outro irmão, que tinha o mesmo nome do pai, Francisco, mas distinguia-se pelo apelido de “Chico”. Ele não tinha se destacado anteriormente em Uidá, e consta que vivera como comerciante em Agoué, a oeste, antes de sua indicação.¹²⁸

A família Souza, naquele momento, estava, evidentemente, atravessando uma fase de considerável desordem interna. Um membro mais jovem da família, Jerônimo Félix de Souza, que, em 1861 se apresentou

¹²⁶ Foà, *Le Dahomey*, 30-1.

¹²⁷ Ele morreu, segundo se afirmou, envenenado, logo depois da prisão e assassinato de seu irmão, o Chachá Julião de Souza, em 1887: Foà, *Le Dahomey*, 44.

¹²⁸ Foà, *Le Dahomey*, 31.

¹²⁹ Larry Yarak, “New sources for the study of Akan slavery and slave trade: Dutch military recruitment in the Gold Coast and Asante, 1831-72”, in Robin Law (ed.), *Source Material for Studying the Slave Trade and the African Diaspora* (Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling, 1997), 59, n° 70.

¹³⁰ PP, Slave Trade 1860, Class B, n° 8, Brand, 18 de abril de 1860; Burton, *Mission*, i, 106.

em Elmina, o quartel general holandês na Costa do Ouro, para se alistar a serviço do exército colonial holandês em Java, explicou que fez isto para escapar de “maus-tratos” por parte de sua própria família, após a morte de seus pais.¹²⁹ Presumivelmente, este Jerônimo era filho de Isidoro, Antônio ou Ignácio. Embora o posto de Chachá tivesse sobrevivido, era agora de pouca importância política ou comercial, significando nada mais que a liderança da família Souza: em 1860, dizia-se que o cargo significava “pouco mais que um nome”, e, em 1864, que o Chachá tinha “pouco poder”.¹³⁰ Por esta mesma época, de fato, o posto de Chachá tinha, efetivamente, sido suplantado como cabeça da hierarquia comercial em Uidá, com a indicação de um comerciante nativo, Azanmado Houénou, um inimigo fidalgo dos Souza, como “chefe dos comerciantes”.¹³¹

Outros importantes comerciantes brasileiros de Uidá abandonaram a cidade neste período; o mais proeminente deles foi Jacinto José Rodrigues, que deixou Uidá nos anos 1860 e foi para Porto-Novo a leste, onde veio a falecer em 1882.¹³² Um outro, Pedro Félix d’Almeida, fugiu para Pequeno Popó a oeste, depois da disputa sobre o pagamento de taxas.¹³³

Provavelmente, a principal razão para o descontentamento em Uidá, nos anos 1860, como sugere o caso de Pedro Félix d’Almeida, foi indignação com a taxa, que aumentara sensivelmente nesta época. A comunidade mercantil de Uidá também sofreu com a rigorosa aplicação do imposto real sobre a herança. Entre os principais comerciantes brasileiros, por exemplo, a propriedade de Martins foi confiscada para o rei quando da sua morte em janeiro de 1864, sendo a chave de sua casa apropriada pelas autoridades locais.¹³⁴ Quando Francisco José de Medeiros morreu, em 1875, a tradição da família relembra, igualmente,

¹³¹ Para maiores detalhes e contexto, ver Robin Law, “The origins and evolution of the merchant community in Ouidah”, em Robin Law & Silke Strickrodt (eds), *Ports of the Slave Trade (Bights of Benin and Biafra)* (Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling, 1999), 55-70.

¹³² Reynier, “Ouidah”, 45: este informa como data de sua mudança para Porto-Novo 1862, mas Burton, em 1864, ainda o considerava como residente em Uidá e Porto-Novo.

¹³³ Turner, “Les Brésiliens”, 109-10. Este D’Almeida não era “brasileiro” de nascimento, mas um africano nativo (de Pequeno Popó), trazido para a casa dos Souza.

¹³⁴ Burton, *Mission*, i, 73.

¹³⁵ Idem, *ibidem*.

¹³⁶ Fleuriot de Langle, 7 de outubro de 1866, citado em Bernard Schnapper, *La politique et le commerce français dans le Golfe de Guinée de 1838 à 1871* (Paris, 1961), 192, n.1.

que sua propriedade foi “saqueada pelos daomeanos”.¹³⁵ O incremento na taxaço, na década de 1860, foi, provavelmente, em parte uma consequência do custo das cerimônias fúnebres para o Rei Gezo, e também das expedições militares de Glele. Mas elas também refletiam as dificuldades financeiras causadas à monarquia pela transição do tráfico de escravos para o comércio de azeite de dendê. Um observador francês em 1866 tornou a conexão explícita: “O rei está se tornando cada dia mais pobre desde o término do tráfico de escravos; ele considera aceitáveis quaisquer métodos para obter dinheiro”.¹³⁶

Além destes aspectos fiscais, também há evidências de que o revigoremento do tráfico de escravos e do militarismo daomeano, a partir de 1857, teve como efeito a desestruturacao do comércio de azeite de dendê, uma vez que a mobilização da população para o serviço militar drenava força de trabalho necessária para a produção agrícola. Em 1862, por exemplo, foi relatado que “no Reino do Daomé, a agricultura está paralisada e o comércio legítimo próximo do nada”, porque “a população das aldeias está [...] sujeita a ser convocada a qualquer momento para partir em alguma expedição de caça a escravos”. E, novamente em 1866, foi dito que “o atual rei, devido às suas guerras e contínuas cerimônias, está irritando as pessoas, que estão sendo obrigadas a passar grande parte do ano na capital, arruinando o comércio ao tornar a exploração das palmeiras quase impossível”.¹³⁷ Embora relatado em termos gerais, parece que estas reclamações refletem, principalmente, a opinião da comunidade mercantil de Uidá, incluindo aqueles brasileiros que tinham passado a se dedicar ao comércio de azeite de dendê.

Essas dificuldades, com que se deparavam os comerciantes “legítimos” nos primeiros anos do reinado de Glele, são ilustradas pelo que se conservou da correspondência de José Francisco dos Santos. No final de 1864, o Rei Glele proibiu a venda de azeite de dendê para europeus, uma proibição mantida por pelo menos 50 dias, a fim de que ele próprio pudesse comprar todo o azeite (presumivelmente, a preços baixos), a fim de financiar o resgate de guerreiros capturados numa recente derrota do

¹³⁷ PP, Slave Trade 1862, Class B, nº 21, Freeman, 1 de julho de 1862; M. Béraud, “Note sur le Dahomé”, *Bulletin de la Société de la Géographie*, 5th series, 12 (1866), 375-6.

¹³⁸ Correspondência de Santos, nº 105 [19 Jan. 1865].

exército daomeano em Agbeokuta. Santos também reclamou, de forma mais genérica, da incapacidade do rei em honrar seus débitos: “o Rei do Daomé também está se revelando um ladrão! Ele compra e não paga”; ele devia a Santos pelo tabaco de três diferentes embarques, e também alguns milhares de dólares”, correspondentes aos búzios que ele tinha emprestado ao rei para resgatar os prisioneiros “e que agora ele se recusa a me pagar”.¹³⁸

De fato, parece claro que o término do tráfico de escravos tendeu a multiplicar as tensões entre os comerciantes brasileiros e a monarquia daomeana.¹³⁹ Enquanto que no tráfico de escravos havia uma essencial complementaridade de interesses entre ambos — com a monarquia suprindo escravos que os brasileiros vendiam —, no comércio de azeite de dendê, a monarquia e os brasileiros se tornaram competidores, uma vez que tanto a primeira quanto os segundos podiam e entraram na produção do azeite para exportação, como indicado acima. Esse antagonismo foi acentuado pelo aumento das exigências fiscais sobre a comunidade mercantil de Uidá, o que também refletia as dificuldades financeiras causadas à monarquia pela transição comercial.

Política internacional: os brasileiros e o proto-imperialismo europeu

A era da transição comercial, com a supressão do tráfico de escravos brasileiro e cubano, foi também marcada pelo começo da intervenção imperialista nos assuntos daomeanos. A reação dos brasileiros de Uidá ao declínio do tráfico de escravos também deve ser relacionada com as ameaças e as oportunidades que esta crescente intromissão européia trazia consigo.

A posição de liderança, neste proto-imperialismo, foi assumida pela Grã-Bretanha, no curso de sua campanha para suprimir o tráfico atlântico de escravos. A pressão britânica sobre o Daomé para a assinatura de um tratado antitráfico de escravos culminou, como já foi visto,

¹³⁹ Cf. Bay, *Wives of the Leopard*, 280-1.

¹⁴⁰ Para um relato completo, ver Robin Law, “An African response to Abolition: Anglo-Dahomian negotiations on ending the Slave Trade, 1838-77”, *Slavery & Abolition*, 16 (1995), 281-310.

no bloqueio naval de 1851-2 e também incluiu a permanência de um vice-consulado em Uidá, instalado no antigo forte britânico, entre 1849 e 1852.¹⁴⁰ O confronto da Grã-Bretanha com o Daomé pareceu, num primeiro momento, oferecer aos brasileiros a possibilidade de uma aliança externa alternativa. Quando o bloqueio naval foi imposto, em dezembro de 1851, pelo menos alguns membros da comunidade brasileira pensaram que, na disputa, poderiam optar por ficar do lado dos britânicos. O vice-cônsul britânico informou que Antônio de Souza “deseja colocar-se sob a proteção britânica” e também que “os libertos da Bahia” o tinham abordado para pedir “proteção britânica”. Todavia, isto não deu em nada, pois o vice-cônsul não se sentiu capaz de estender sua proteção a cidadãos não-britânicos.¹⁴¹ E, após 1852, os interesses britânicos no Daomé minguaram, tendo o vice-consulado sido abandonado e transferido, naquele ano, para Lagos.

Das outras duas potências européias com interesses no Daomé, a França, embora viesse, mais tarde, a se tornar um conquistador colonialista, estava, de fato, pouco engajada nos assuntos daomeanos antes dos anos 1860, e mesmo depois, sua atenção foi dirigida principalmente para Porto-Novo e não para o Daomé. Para a comunidade brasileira nos anos 1860, a mais importante conexão européia alternativa era com os portugueses. Os Souza, em particular, tinham sempre conservado sua nacionalidade portuguesa, ao invés da brasileira; e no contexto do fim do tráfico de escravos para o Brasil, esta aliança portuguesa ofereceu as bases para uma identidade alternativa e orientação externa. Em outubro de 1851, o segundo Chachá, Isidoro de Souza, contatou o governador português de São Tomé, assegurando para si a indicação formal como comandante do forte português e, em abril de 1852, o governador visitou pessoalmente Uidá para confirmar a indicação.¹⁴² Na crise interna da família Souza, que se seguiu à morte de Isidoro em 1858, a reivindicação para comandar o forte português parece ter desaparecido.

¹⁴¹ PRO, FO84/886, Frazer, Occurrences, 27 de dezembro de 1851.

¹⁴² Carlos Eugenio Corrêa da Silva, *Uma viagem ao estabelecimento português S. João Baptista de Ajudá da Costa da Mina em 1865* (Lisbon, 1865), 81, 130.

¹⁴³ Corrêa da Silva, *Viagem*.

Em 1861, a ocupação do forte foi usurpada pelos missionários da Sociedade Francesa das Missões Africanas, tendo sido expulso, no processo, o padre português de São Tomé, que eles encontraram ocupando o local. Mas, em 1865, o Chachá Francisco “Chico” restabeleceu a conexão, recebendo novamente o governador de São Tomé em Uidá, e garantindo sua indicação como comandante do forte português, do qual os missionários franceses foram, então, despejados.¹⁴³ Esta política foi também seguida por seu sucessor, Julião de Souza, através de sua malfadada promoção de um protetorado português sobre o Daomé em 1885-7.

A conexão portuguesa pode ter sido buscada pelos Souza, em parte como um contrapeso à ameaça da influência britânica (e, mais tarde, francesa): em 1851-2, Isidoro certamente tentou usar seu recém adquirido status oficial para desafiar o bloqueio britânico sobre Uidá, embora suas credenciais tenham sido desconsideradas pelo vice-cônsul britânico.¹⁴⁴ No entanto, tendo em vista o relacionamento cada vez mais desgastado da comunidade brasileira com a monarquia daomeana a partir dos anos 1850, parece provável que, nesta busca por reconhecimento e suporte externo, houvesse um elemento de busca de proteção contra a autoridade nativa. A médio prazo, contudo, como o destino de Julião de Souza veio provar, esta foi uma estratégia inútil; uma vez que, a não ser no caso de uma real conquista militar, a monarquia daomeana não era sensível a pressões externas.

¹⁴⁴ PRO, FO84/886, Isidoro de Souza to Frazer, 22 de dezembro de 1851; also Frazer, Occurrences, 15, 25 & 27 de dezembro de 1851.

